

Auto: JT
Data: 28/12/96 Pg: 6
Class: 22

MEIO AMBIENTE

Da contestação ao discurso oficial, um quadro pouco coerente

País ainda não criou mecanismos eficientes para a questão ambiental

□ Por Roberto Smeraldi

Em outra fase da recente história brasileira, assim como na maioria dos outros países, a "questão ambiental" se afirmou, inicialmente, como um fenômeno de contestação dos paradigmas econômicos dominantes.

Hoje, a realidade aponta para um inusitado paralelo entre os sofridos processos de enfrentamento da modernização e a insegurança em colocar, entre seus principais objetivos, a questão da sustentabilidade. Ambas as metas vieram a fazer parte da política governamental, e ambas compartilham vantagens e desvantagens de terem se afirmado inicialmente graças ao forte apelo internacional. Ainda, ambas enfrentam problemas em decorrência de dificuldades na máquina administrativa, assim como alimentam tanto modas intelectuais quanto rejeições nacionalistas.

O ano de 1996 sinalizou tendências que acabam compondo um quadro não muito coerente. O "mercado" (com a colaboração de alguns gerentes de propaganda & marketing) registrou que a empresa brasileira, ainda antes de atender certa legislação setorial básica, está entusiasmada com a possibilidade de certificar seus esforços ambientais por meio de mecanismos como a ISO 14.000. Usando critérios deste tipo, poderia-se afirmar que em nenhum lugar como no Brasil a demanda ambiental é tão elevada. Por outro lado, há inúmeros exemplos de falta de inserção da variável ambiental nos processos decisórios e nos investimentos, sejam públicos, privados ou, como é frequente no Brasil, promíscuos.

É o caso de obras públicas como as do Programa Brasil em Ação. Obras como estas, ou como a Hidrovia do Paraná, carecem de uma análise prévia de sua capacidade de indução da sustentabilidade, limitando-se, na melhor das hipóteses, a uma mera avaliação de seus impactos físico-ambientais.

Em junho de 97, serão avaliados na Assembleia-Geral da ONU os resultados de cinco anos de implementação das orientações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (a Eco-92). Apesar de alguns esforços isolados (Protocolo Verde para incentivos econômicos, etc.) o Brasil não chegou ainda a criar um mecanismo institucional para incorporar os objetivos da Eco em suas políticas setoriais.

A seguir estão as cinco principais palavras-chave que deverão ser utilizadas por quem está interessado em monitorar em 1997 a questão ambiental.

A situação administrativa - Após sete mudanças de ministros em quatro anos, a relativa estabilidade no primeiro e segundo escalão (em dois anos apenas uma troca, na presidência do Ibama) parece ter beneficiado a administração. A reforma do Ibama é desejada por todos, mas a chave de sua solução será encontrada apenas quando o debate sair das mãos das consultoras e dos interesses corporativos, atingindo, finalmente, a sociedade. Se houver mudanças em cargos ao longo de 1997, especialmente no contexto de mais amplas reformas ministeriais, deve-se alertar para a possibilidade de critérios regionalísticos e partidários prevalecerem sobre os técnico-políticos.

Os carros - Prometem continuar como protagonistas, num contexto mais e mais insustentável, em que agrada ao País a condição masoquista de se tornar válvula de escape da crise das grandes empresas internacionais. A mudança é previsível mais para frente, dentro de quatro ou cinco anos. Hoje, há apenas alguns primeiros sinais, como o imprevisto apoio popular ao rodízio em São Paulo. É provável que ele tenha sucesso, sendo que, quando voltar em 97, talvez também em outras cidades, os atores sociais se encontrarão igualmente despreparados para providenciar outras soluções mais duradouras.

A Amazônia - O ano de 1996 foi marcado pela atrasada circulação dos dados sobre desflorestamento de 1992 e 1994, apontando para uma expressiva recrudescência de um fenômeno que muitos tinham considerado, erroneamente, em declínio. As informações disponíveis sobre as dinâmicas da região

confirmam uma enorme distância entre as tendências e práticas reais e as ambições de indução do desenvolvimento por parte do Estado. Os aspectos mais positivos dizem respeito ao progresso na implementação do Programa Piloto; o mais avançado e inovador instrumento de cooperação internacional na área de florestas. Em 1997, será fundamental verificar se, por meio da Secretaria da Amazônia Legal, será possível desenvolver uma ação mais coerente e coordenada nas políticas para a região.

A Mata Atlântica - O Poder Executivo não conseguiu traduzir em ações o interesse prioritário declarado pelo mais ameaçado bioma do Brasil. Em 1996, o governo federal abriu mão de sua proposta para redução dos limites de abrangência desta floresta, mas vários recursos prometidos não foram desembolsados ou o foram apenas em parte. Enquanto a criação de unidades de conservação com vocação extrativista, no modelo do que se faz na Amazônia, vem adiada por entraves burocráticos, é importante monitorar os esforços iniciais de alguns Estados como São Paulo e Minas em atividades de conservação da biodiversidade.

Os Estados - Muitos pretendem se livrar da imagem de marginalizados na questão ambiental, assumindo o discurso além de sua capacidade administrativa, mas sofrem de maneira excessiva as interferências de interesses econômicos, em alguns casos, ou a falta de recursos setoriais, em outros. Amapá e São Paulo mostraram, em 96, a vontade de institucionalizar e incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável em contextos econômicos, políticos e administrativos extremamente diferentes. Será importante o apoio de instituições internacionais, não com o objetivo de aliviar a responsabilidade do Estado para providenciar os recursos necessários, mas visando estimular e pilotar processos em cadeia.

Roberto Smeraldi é coordenador do Programa Amazônia de Amigos da Terra, e presidiu o Comitê Internacional das ONGs para a Rio-92.